



## INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

### PARTE A – PREÂMBULO

#### I. Regência legal:

Lei Estadual nº 9.433/05 e Legislação Pertinente

#### II. Repartição interessada e setor:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / ASSESSORIA DE OBRAS E PROJETOS - AOP

#### III. Número de ordem:

Convite nº 007/2006

#### IV. Processo administrativo nº :

248193

#### V. Finalidade da licitação/objeto:

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA (REFORMA COM AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE CAPRINOS E OVINOS DO CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA)**

#### VI. Tipo de licitação:

( ) Por item  
Menor Preço ( ) Por lote  
( x ) Global

#### VII. Certificado de Registro Cadastral SAEB:

07.05

#### VIII. Regime de execução:

Empreitada por preço global

#### IX. Prazo de vigência do contrato

75 (setenta e cinco) dias

#### X. Local, data e horário para início da licitação:

**GERÊNCIA ADMINISTRATIVA – GAD /COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO –**  
Endereço: **COPEL / Estrada do Bem Querere, Km 04, Caixa Postal 95 – CEP.: 45083-900, Vitória da Conquista – BA.**

Data: 11/11/2006

Horário: 14:30 horas

#### XI. Dotação orçamentária:

Unidade Gestora:	Fonte:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:
3.11.620	00	3760	44.90.51

#### XII. Patrimônio líquido mínimo necessário:

Não se aplica (convite)

#### XIII. Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este instrumento:

Comissão e portaria de designação: **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1028/2005 de 09 de Agosto de 2005**

Endereço: Estrada do Bem Querere, Km 04, Caixa Postal 95 – CEP.: 45083-900, Vitória da Conquista – BA.

Horário: 08:00 às 18:45 Tel.: (77) 3425-9398 Fax: (77) 3424-1045 E-mail: licitação@uesb.br



## PARTE B – DISPOSIÇÕES GERAIS

### 1. OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por escopo o objeto descrito no **item V do preâmbulo**, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no **Anexo I** deste Instrumento.
- 1.2. O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, está indicado no **item IX do preâmbulo**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 da Lei Estadual nº 9.433/2005, observado o estabelecido no art. 142 desta Lei.
- 1.3. O tipo da licitação está indicado no **item VI do preâmbulo**.
- 1.4. A contratação com a empresa vencedora obedecerá às condições da minuta de contrato constante do **Anexo V** deste Instrumento.
- 1.5. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 1.6. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da dotação orçamentária especificada no **item XI do preâmbulo**.
- 1.7. Os serviços objeto desta licitação não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Somente serão admitidas a participar desta licitação as empresas convidadas, portadoras, ou não, do Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, ou as empresas não convidadas, mas cadastradas na correspondente especialidade, com a apresentação do CRC/SAEB.
- 2.2. O Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia/SAEB, deverá conter a codificação especificada no **item VII do preâmbulo**.
- 2.3. Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/95.
- 2.4. Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/95, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.



- 2.5. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº 9.433/95.

### 3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

- 3.1. Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº 9.433/05 e da Lei Federal nº 8.666/93 no que for pertinente.

### 4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.
- 4.2. O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.
- 4.3. O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO II**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.
- 4.4. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.
- 4.5. Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada pela comissão.

### 5. PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 5.1. QUANTO À FORMA E VALIDADE

- 5.1.1. Os documentos da proposta de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso a razão social da empresa, os **Itens de II a V do preâmbulo**, além da expressão, conforme o caso, **Envelope A – Proposta de Preços**, ou **Envelope B – Habilitação**.
- 5.1.2. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.
- 5.1.3. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada pela comissão.
- 5.1.4. As empresas não convidadas e convidadas poderão apresentar o Certificado de Registro Cadastral/CRC, expedido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia/SAEB, que substituirá os documentos do item 5.3.1 referentes à **Habilitação Jurídica**; os mencionados nas alíneas "a" e "b" do item 5.3.2, concernente à **Regularidade Fiscal**; e a **Declaração de**



**Proteção ao Trabalho do Menor**, devendo ser colocado junto aos demais documentos de habilitação, ficando esclarecido que, caso exista algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto com os demais documentos de habilitação.

- 5.1.5. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.
- 5.1.6. A Comissão não se responsabilizará por envelopes de habilitação e de propostas de preços e/ou proposta técnica, este último se houver, que forem entregues em outras seções ou repartições públicas dentro ou fora desta Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, nem de possíveis atrasos e perdas que ocorram no transporte dos mesmos, exceto as que forem entregues diretamente para a Comissão Permanente de Licitação - COPEL no endereço supramencionado.

## 5.2. PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.2.1. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do **Anexo I**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas. Deverão ser apresentados, ainda, os valores unitários de cada sub-item que compõe os itens do certame.
- 5.2.2. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
- 5.2.3. A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.
- 5.2.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- 5.2.5. A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no **item X do preâmbulo** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 5.2.6. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.
- 5.2.7. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 5.2.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são



coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, de acordo com o art. 97, da lei 9.433/05.

5.2.9. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

5.2.10. **No envelope de Propostas de Preços deverá estar incluso a Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação, conforme o modelo constante do Anexo V.**

### 5.3. HABILITAÇÃO

5.3.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:

- a) de registro público no caso de empresário individual;
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3.2. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

5.3.3. A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) comprovação do licitante de que possui, em nome da empresa, atestado de responsabilidade técnica para execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação ou de possuir, em seu quadro, e na data prevista para a entrega da proposta, detentor de tal atestado, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (nesse caso apresentar contrato de trabalho, ou cópia da carteira de trabalho registrada pela empresa).



- b) Os licitantes deverão também apresentar documento do CREA – CRQ (Certificado de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica), ANO 2006, atestando a sua habilitação e competência técnica necessárias para a realização dos serviços objeto desta licitação: REFORMA COM AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS DO CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA.
- c) Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do **Anexo V**.

5.3.4. **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Instrumento.

## 6. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

### 6.1. FASE INICIAL

- 6.1.1. A sessão de abertura das propostas terá início no dia, hora e local designados no **item X do preâmbulo**, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.
- 6.1.2. Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o **Envelope A - Propostas de Preços**, e o **Envelope B – Habilitação**.
- 6.1.3. Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.
- 6.1.4. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela comissão ou servidor responsável.
- 6.1.5. Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.
- 6.1.6. O presidente da comissão fará, primeiramente, a abertura dos Envelopes A – Proposta de Preços, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório com os preços correntes no mercado ou fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, com os constantes do sistema de registro de preços, quando houver, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.
- 6.1.7. A Comissão julgará e classificará as propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes do ato convocatório, franqueando a palavra para que os licitantes registrem em ata seus protestos ou impugnações que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.
- 6.1.8. Se houver impugnação ou protesto por recurso, permanecerão fechados os envelopes de Habilitação, sendo devidamente rubricados por todos os presentes, para serem, posteriormente recolhidos e guardados em poder da Comissão, até a designação de nova data para a abertura.



- 6.1.9. Não havendo registro de protesto ou impugnação e desde que haja declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "B" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.
- 6.1.10. A Comissão de Licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação bem como a autenticidade dos mesmos.
- 6.1.11. A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.
- 6.1.12. A Comissão deliberará sobre a habilitação dos três primeiros classificados, franqueando a palavra uma vez mais aos participantes para que registrem em ata os protestos ou impugnações que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.
- 6.1.13. Não havendo registro de protesto ou impugnação e desde que haja declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão procederá à convocação, se for o caso, de tantos licitantes classificados quantos forem os inabilitados no julgamento previsto no item anterior.

## 6.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.2.1. Será adjudicado o objeto da licitação à empresa cuja proposta tenha o menor preço, em conformidade com o tipo de licitação definido **no item VI do preâmbulo**, desde que atenda a todos os requisitos exigidos para o pleno atendimento às condições deste Instrumento.
- 6.2.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será observado o disposto no §2º do art. 3º da Lei Estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, através de aviso publicado no D.O.E., vedado qualquer outro critério de desempate.
- 6.2.3. Em caso de Sorteio lavrar-se-á ata específica.

## 7. RECURSOS

- 7.1. O regramento dos recursos observará o disposto no Capítulo XII da Lei Estadual nº 9.433/05.

## 8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Após classificadas as propostas e concluída a fase de habilitação, a autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora, em relação aos objetivos de interesse público colimados pela licitação, homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto contratual ao licitante vencedor, em despacho circunstanciado.
- 8.2. Quando à licitação acudir apenas um interessado, poderá ser homologada a licitação e com este celebrado o contrato, desde que esteja comprovado nos autos que o preço proposto é compatível com o de mercado e sejam satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares, bem como as especificações do ato convocatório.
- 8.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.



## **9. CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.
- 9.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- 9.3. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.
- 9.4. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.
- 9.5. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.
- 9.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- 9.7. Por ocasião da assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.
- 9.8. A prorrogação do prazo de vigência, nos termos do inc. II do art. 140 da Lei Estadual nº 9.433/2005, está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas e deverá ser realizada através de termo aditivo.
- 9.9. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 08 (oito) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e após devidamente atestada a entrega da parcela solicitada do objeto licitado e a realização dos serviços, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado, de acordo com o cronograma abaixo:

10.1.1 **PRIMEIRA PARCELA:** correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, quando concluídos e aceitos pela fiscalização os seguintes serviços:

1. demolições e remoções
2. movimento de terra





3. fundações
4. estrutura
5. paredes
6. telhado

Prazo para conclusão: até **30 (trinta) dias** a partir da data da ordem de serviço.

10.1.2 SEGUNDA PARCELA: correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, quando concluídos e aceitos pela fiscalização os seguintes serviços constantes da planilha de orçamento:

1. serralheria
2. marcenaria
3. revestimentos
4. pavimentação

Prazo para conclusão: até **60 (sessenta) dias** a partir da data DA ORDEM DE SERVIÇO.

10.1.3 TERCEIRA E ÚLTIMA PARCELA: correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor total do contrato, quando concluídos, aceitos e testados todos os itens pela fiscalização da UESB.

Prazo para conclusão: até **75 (setenta e cinco) dias** a partir da data da ordem de serviço.

10.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

10.3. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

10.4. O contratante descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente.

10.5. As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

## 11. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

11.1. A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do INPC/IBGE e será procedida independentemente da solicitação do interessado.

11.2. A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

## 12. REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. O Regime de Execução do presente contrato está definido no **item VIII do preâmbulo**.



### 13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

13.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

### 14. PENALIDADES

14.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se o infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

14.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;



II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

14.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

14.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

14.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

14.2.4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

14.2.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.3. Será advertido verbalmente, pelo presidente da comissão, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

14.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei 9.433/05.

14.5. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei. 9.433/05.

14.6. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

## **15. RESCISÃO**

15.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

15.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

15.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

## **16. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO**

16.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/05.



## **17. IMPUGNAÇÕES**

- 17.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade licitante, o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei 9.433/05, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, cabendo à Administração julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas.
- 17.2. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, as falhas ou irregularidades do instrumento convocatório, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para recebimento dos envelopes e início da abertura dos envelopes das propostas, hipótese em que tal impugnação não terá efeito de recurso.
- 17.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até que seja proferida decisão final na via administrativa.
- 17.4. A desclassificação do licitante importa a preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 17.5. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a comissão, se necessário, modificar este Instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.2. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 18.3. Nos termos do §6º do art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/05, a comissão de licitação poderá conceder, se requerido pelo licitante, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de documento comprobatório da regularidade fiscal, previdenciária ou da inexistência de processo de falência ou concordata da requerente, desde que a documentação a ser apresentada retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.
- 18.4. A concessão do prazo, de que trata o item anterior, ficará condicionada à apresentação, pelo licitante, por intermédio do seu representante legal ou mandatário, com poderes expressos, de declaração de que se encontrava, na data da entrega da proposta, em situação regular perante as fazendas públicas, a seguridade social ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o caso, ou que não se encontrava em processo de falência ou concordata, sendo certo que, expirado o prazo concedido pela comissão de licitação, sem que o licitante apresente o documento que se comprometeu a apresentar, além de ser inabilitado, ficará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 9.433/05, observando-se o disposto nos artigos 187 a 191 do mesmo diploma legal.
- 18.5. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da comissão de licitação.
- 18.6. A teor do §11 do art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/05, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou



circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

18.7. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pela comissão, no local e horário indicados no **item XIII do preâmbulo**.

18.8. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

18.9. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.10. São partes indissociáveis deste Instrumento os seguintes anexos:

- I. **Modelo de Proposta de Preços;**
- II. **Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;**
- III. **Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;**
- IV. **Minuta de Contrato;**
- V. **Modelo de Declaração de Vistoria;**
- VI. **Planta baixa e de corte;**
- VII. **Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;**
- VIII. **Memorial Descritivo.**

Vitória da Conquista, 03 de Outubro de 2006.

**ALLEN KRYSTHIANO SARAIVA FIGUEIREDO**  
**Presidente da Comissão**



## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Modalidade de Licitação	Número
<b>Convite</b>	

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Cidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1028 de 09 de Agosto de 2005**

---

### ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação	Número
<b>Convite</b>	

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

( ) nem menor de 16 anos.

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Cidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA



## ANEXO IV

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA UESB E A EMPRESA...

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, instituída pela Lei Delegada n.º 12, de 30 de dezembro de 1980, autorizada pelo Decreto Federal n.º 94.250, de 22 de abril de 1987, reestruturada pela Lei 7.176, de 10 de setembro de 1997, e credenciada através do Decreto Estadual n.º 7.344, de 27 de maio de 1998, com sede e foro no KM 04 da Estrada do Bem Querer, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.069.489/0001-08, adiante denominada **CONTRATANTE**, representada pelo seu Reitor, Prof. Dr. Abel Rebouças São José, brasileiro, casado, residente na cidade de Vitória da Conquista, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1173759182, expedida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob n.º 687.997.058-34, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Municipal n.º \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, adjudicatária vencedora do processo licitatório, modalidade Carta Convite n.º \_\_\_\_\_, Processo Administrativo n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, neste ato representada, na forma do seu Contrato Social, pelo Sr(s). \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, portador(es) da(s) Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, emitido(s) por \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato, que se regerá pela Lei Estadual n.º 9.433/05, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA (REFORMA COM AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS DO CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA), de acordo com as especificações constantes do **Anexo I** do Instrumento Convocatório, com as condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

§1º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

§2º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual n.º 9.433/05.

§3º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§4º. Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.





## **CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO**

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de quarenta e cinco dias, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140, da Lei Estadual nº 9.433/2005, observado o estabelecido no *caput* e no § Único do art. 142 desta Lei.

§1º A prorrogação do prazo de vigência, nos termos do inc. II do art. 140 da Lei Estadual nº 9.433/2005, está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas e deverá ser realizada através de termo aditivo.

§2º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

O Contratante pagará à Contratada o preço de .....

§1º - Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<b>UNIDADE GESTORA</b>	<b>FONTE</b>	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>
3.11.620	00	3760	44.90.51

## **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 08 (oito) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e após devidamente atestada a entrega da parcela solicitada do objeto licitado e a realização dos serviços, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado, de acordo com o cronograma abaixo:

5.1. PRIMEIRA PARCELA: correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, quando concluídos e aceitos pela fiscalização os seguintes serviços:

- I - demolições e remoções
- II - movimento de terra
- III - fundações
- IV - estrutura
- V - paredes
- VI - telhado



Prazo para conclusão: até **30 (trinta) dias** a partir da data da ordem de serviço.

5.2. SEGUNDA PARCELA: correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, quando concluídos e aceitos pela fiscalização os seguintes serviços constantes da planilha de orçamento:

- I - serralheria
- II - marcenaria
- III - revestimentos
- IV - pavimentação

Prazo para conclusão: até **60 (sessenta) dias** a partir da data DA ORDEM DE SERVIÇO.

5.3. TERCEIRA E ÚLTIMA PARCELA: correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor total do contrato, quando concluídos, aceitos e testados todos os itens pela fiscalização da UESB.

Prazo para conclusão: até **75 (setenta e cinco) dias** a partir da data da ordem de serviço.

§1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da CONTRATADA.

§2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§3º. O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente.

§4º. As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do INPC/IBGE, observadas as disposições das Leis 8.666/93, 9.069/95 e 10.192/2001 e será procedida independentemente da solicitação do interessado.

**Parágrafo único.** A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para recompor o preço que se tornou insuficiente, e será instaurada pela própria administração.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no ANEXO I do Instrumento Convocatório e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) quando da assinatura do contrato, apresentar a relação contendo os nomes e os números do CPF, Carteira Profissional e PIS dos seus empregados que serão vinculados à prestação dos serviços;
- b) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência, bem como para zelar pela



prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

- c) executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações ou recomendações efetuadas pelo CONTRATANTE;
- d) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- e) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- f) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- g) atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- h) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- i) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- j) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- l) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;
- m) instruir os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadores de boa conduta e capazes de realizar os serviços ora contratados;
- n) realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;
- o) pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços ora contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, vales transporte, obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhista e previdenciária, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE;
- p) fornecer o fardamento padrão nas quantidades previstas e todo e qualquer material necessário ao bom desempenho do serviço;



- q) adimplir os fornecimentos exigidos pelo Instrumento Convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- r) quando da assinatura do contrato, apresentar nome e fotocópia da carteira do CREA do profissional que se encarregará da execução da construção;
- s) quando da assinatura do contrato, apresentar declaração de que o profissional encarregado pela construção lá estará, no horário combinado, toda vez que for solicitado por e-mail ou fax (com antecedência de 48 horas) pela uesb através da assessoria de obras e projetos;
- t) quando da assinatura do contrato, apresentar declaração de que fará imediatamente a ART (anotação de responsabilidade técnica) junto ao CREA. A ordem de serviço para início dos trabalhos somente será dada ao construtor após a apresentação deste documento quitado na Assessoria de Obras e Projetos.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura.
- d) fornecer local para a guarda de materiais, equipamentos e utensílios da CONTRATADA;
- e) facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;

#### **CLÁUSULA NONA - REGIME DE EXECUÇÃO**

O Regime de Execução do presente contrato será o de empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;



- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

**Parágrafo único:** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos no art. 185 da Lei Estadual 9.433/05, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a contratada a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§º1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§º2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§º3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

§º4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido ao contratado o valor de qualquer multa porventura imposta.

§º5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no instrumento convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

As partes elegem o Foro da Cidade do Vitória da Conquista, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Vitória da Conquista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**  
\_\_\_\_\_  
**Testemunhas**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**  
\_\_\_\_\_  
**Testemunhas**



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Modalidade de Licitação	Número
<b>Convite</b>	

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos ter conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1028 de 09 de Agosto de 2005**

---

## ANEXO VI

# Planta baixa e de corte





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1028 de 09 de Agosto de 2005**

---

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação <b>CARTA CONVITE</b>	Número
---	--------

Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto no inc. V do artigo 184 da Lei Estadual 9.433/05, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.

Cidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA



## ANEXO VIII

### PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇO

ESTA PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇO DESTINA-SE À OBRA : REFORMA COM AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS, LOCALIZADO NO CAMPUS DA UESB EM CONQUISTA.

TODOS OS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS DEVERÃO OBEDECER AS NORMAS DA A.B.N.T. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), ALÉM DE NORMAS E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS A ELES RELACIONADOS.

A ORDEM DE SERVIÇO SOMENTE SERÁ EMITIDA POR ESTA ASSESSORIA DE OBRAS E PROJETOS APÓS A APRESENTAÇÃO PELO CONSTRUTOR DA A.R.T. (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) REFERENTE À EXECUÇÃO DA OBRA, APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

OS SERVIÇOS A EXECUTAR CONSTAM DE REFORMA DO LABORATÓRIO EXISTENTE QUE TEM HOJE ÁREA CONSTRUÍDA DE 102,41M<sup>2</sup> E UMA AMPLIAÇÃO CUJA ÁREA CONSTRUÍDA É DE 63,22M<sup>2</sup>. AO FINAL DOS TRABALHOS, O LABORATÓRIO FICARÁ COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 165,63M<sup>2</sup>.

#### 1) – REFORMA DO LABORATÓRIO EXISTENTE :

##### – SALA 1 – GABINETE

- 1.1.1 - TROCAR APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 7.500BTU POR OUTRO DE 10.000 BTU.
- 1.1.2 – MUDAR POSIÇÃO DA PORTA DE ACESSO AO GABINETE.

##### – SALA 2 – PÓS GRADUAÇÃO

- INVERTER A POSIÇÃO DE ABERTURA DA PORTA INTERNA
- ELIMINAR A PORTA QUE ATUALMENTE É ACESSO AO LABORATÓRIO
- INSTALAR APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 10.000BT

##### – SALA 3 – PROCESSAMENTO DE SÊMEN

- INSTALAR DIVISÓRIAS DE CHAPAS COM VIDRO CONFORME DETALHE
- INSTALAR BANCADA DE CONCRETO COM UMA PIA
- INSTALAR JANELA DE PASSAGEM (JP) COM 70CMX80CM
- INSTALAR AR CONDICIONADO DE 10.000 BTU
- ELIMINAR BASCULANTE E PAREDE PARA ACESSO À ANTE-CÂMARA

##### – SALA 4 – AVALIAÇÃO DE EMBRIÃO

- INSTALAR DIVISÓRIAS DE CHAPAS COM VIDROS CONFORME INDICADO
- INSTALAR BASCULANTE
- INSTALAR AR CONDICIONADO DE 10.000 BTU

##### – SALA 5 – COLETA DE EMBRIÃO

- INSTALAR DIVISÓRIAS COM CHAPAS E VIDROS
- INSTALAR BANCADA DE CONCRETO COM UMA PIA REMOVIDA DA POSIÇÃO ATUAL
- INSTALAR AR CONDICIONADO DE 10.000 BTU

##### – SALA 6 – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

- FECHAR O ESPAÇO COM ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS
- INSTALAR BASCULANTE E PORTAS DE ACESSO
- INSTALAR BANCADA DE CONCRETO
- INSTALAR AR CONDICIONADO DE 7.500 BTU RETIRADO DA SALA 1
- INSTALAR 01 PONTO DE TOMADA PARA COMPUTADOR



- EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM CERÂMICA
- INSTALAR PONTO DE LUZ
- REMOVER COBERTURA EXISTENTE E EXECUTAR NOVO TELHAMENTO CONFORME PROJETO
- INSTALAR FORRO DE PVC

**- HALL DE ACESSO**

- INSTALAR PORTA DE ACESSO
- ELIMINAR TRECHO DA BANCADA EXISTENTE
- EXECUTAR MURO CIRCULAR DE PROTEÇÃO SOLAR

**- CIRCULAÇÃO**

- ELIMINAR PORTA EXISTENTE

**- SALETA**

- INSTALAR BANCADA COM PIA DE COZINHA E PONTO DE TOMADA
- INSTALAR PONTO DE TOMADA PARA GELADEIRA

**- ÁREA DE PREPARAÇÃO DE FÊMEAS**

- REMOÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE NA VARANDA ATUALMENTE. OS MATERIAIS RETIRADOS DEVERÃO SER APROVEITADOS E COMPLEMENTADOS SE FOR O CASO.

**2) – AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO**

- 2.1 – CONSTRUÇÃO DE ANTE CÂMARA
- 2.2 – CONSTRUÇÃO DE CÂMARA FRIA
- 2.3 – CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO
- 2.4 - CONSTRUÇÃO DE GARAGEM DO LABORATÓRIO MÓVEL E COLETA DE SÊMEN

**3) – OUTROS SERVIÇOS**

- 3.1 – DESATIVAÇÃO DA FOSSA ATUAL COM ATERRO COMPACTADO E EXECUÇÃO DO SISTEMA FOSSA SÉPTICA ( $\varnothing=120\text{CM}$  –  $h=300\text{CM}$ ) EM ALVENARIA DE TIJOLO REVESTIDA COM CIMENTADO E SUMIDOURO ( $\varnothing=120\text{CM}$  –  $h=400\text{CM}$ ) EM ALVENARIA DE PEDRA ARRUMADA, SEM FUNDO . O SISTEMA TERÁ AFASTAMENTO APROXIMADO DE 7M DA POSIÇÃO ATUAL
- 3.2 – CONSTRUÇÃO DE UM RESERVATÓRIO/BEBEDOURO (EM ALVENARIA DE TIJOLO REVESTIDA COM CIMENTADO E DIMENSÕES ÚTEIS DE  $L=300\text{CM} \times B=60\text{CM} \times H=30\text{CM}$  COM BOIA PLÁSTICA PARA CONTROLE DO NÍVEL DA ÁGUA) PARA OS ANIMAIS COM TUBULAÇÃO DE 25MM ORIGINARIA DA SALA 3.

**4) – MATERIAIS A UTILIZAR**

- 4.1 – BLOCOS CERÂMICOS: MARCA DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).
- 4.2 – TELHAS CERÂMICAS: SIMILARES ÀS EXISTENTES NO LABORATÓRIO ATUAL
- 4.3 – DIVISÓRIAS DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).
- 4.4 – TUBULAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS: MARCA DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).
- 4.5 – FIOS E CABOS DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO.
- 4.6 - TINTAS DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO.
- 4.7 – MADEIRA DE TELHADO: MASSARANDUBA SERRADA NAS ÁREAS FORRADAS E APARELHADAS ONDE O TELHADO FICAR APARENTE.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1028 de 09 de Agosto de 2005**

---

4.8 – CERÂMICA DE REVESTIMENTO DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).

**5) – OBSERVAÇÕES:**

5.1 – Todas as janelas existentes (atualmente em ferro) serão substituídas por janelas de correr de alumínio anodizado, cor natural, respeitadas as dimensões atuais.

5.2 – Em todas as janelas serão aplicadas grades de proteção de ferro com barras verticais de ½” espaçadas a cada 11cm e estrutura transversal em cantoneiras de ferro pintado de 1”, sobrando para cada lado do vão em todos os sentidos 10cm.

5.3 – A instalação elétrica do laboratório atual será revisada e será instalado quadro geral de distribuição com capacidade para 12 disjuntores para comando geral do laboratório, inclusive na área a ser ampliada.

5.4 – Os aparelhos de ar condicionado não serão fornecidos pelo construtor.



## ANEXO IX

### PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇO (DESCRIÇÃO TÉCNICA)

ESTA PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇO DESTINA-SE À OBRA : PRIMEIRA ETAPA DA AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS, LOCALIZADO NO CAMPUS DA UESB EM CONQUISTA.

TODOS OS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS DEVERÃO OBEDECER AS NORMAS DA A.B.N.T. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), ALÉM DE NORMAS E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS A ELES RELACIONADOS.

A ORDEM DE SERVIÇO SOMENTE SERÁ EMITIDA POR ESTA ASSESSORIA DE OBRAS E PROJETOS APÓS A APRESENTAÇÃO PELO CONSTRUTOR DA A.R.T. (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) REFERENTE À EXECUÇÃO DA OBRA, APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

OS SERVIÇOS A EXECUTAR CONSTAM DE UMA AMPLIAÇÃO (APENAS FUNDAÇÕES, ESTRUTURA, PAREDES E TELHADO) CUJA ÁREA CONSTRUÍDA É DE 63,22M<sup>2</sup>. AO FINAL DOS TRABALHOS, O LABORATÓRIO, QUE TEM HOJE ÁREA CONSTRUÍDA DE 102,41M<sup>2</sup>, TOTALIZARÁ 165,63M<sup>2</sup>.

#### **1) – MATERIAL TÉCNICO**

O MATERIAL TÉCNICO, IMPRESSO E DIGITALIZADO FORNECIDO NA LICITAÇÃO POR ESTA ASSESSORIA CONSTA DE:

- 1) – PROJETO ARQUITETÔNICO DA OBRA
- 2) – PLANILHA DE ORÇAMENTO SEM OS PREÇOS UNITÁRIOS PARA QUE SEJA PREENCHIDA POR CADA LICITANTE (OS QUANTITATIVOS DEVEM SER MANTIDOS).
- 3) – PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇO
- 4) – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

#### **2) – AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO**

- 2.1 – CONSTRUÇÃO DE ANTE CÂMARA
- 2.2 – CONSTRUÇÃO DE CÂMARA FRIA
- 2.3 – CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO
- 2.4 - CONSTRUÇÃO DE GARAGEM DO LABORATÓRIO MÓVEL E COLETA DE SÊMEN

#### **3) – SERVIÇOS :**

NESTA PRIMEIRA ETAPA SERÃO EXECUTADOS OS SEGUINTE SERVIÇOS:

3.1 – DESATIVAÇÃO DA FOSSA ATUAL COM ATERRO COMPACTADO E EXECUÇÃO DO SISTEMA FOSSA SÉPTICA ( $\varnothing=150\text{CM}$  –  $h=250\text{CM}$ ) EM ALVENARIA DE TIJOLO REVESTIDA COM CIMENTADO E SUMIDOURO ( $\varnothing=150\text{CM}$  –  $h=400\text{CM}$ ) EM ALVENARIA DE PEDRA SÊCA ARRUMADA, SEM FUNDO. O SISTEMA TERÁ AFASTAMENTO APROXIMADO DE 7M DA POSIÇÃO ATUAL

3.2) - FUNDAÇÕES EM ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA, TRAÇO 1:8 (CIMENTO E AREIA GROSSA) COM 30CM DE LARGURA.

3.3) – ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO DE 20MPA CONSTANDO DE 10 PILARES DE AMARRAÇÃO COM DIMENSÕES DE 10CMX20CM ARMADOS COM 4 FERROS DE 10MM LONGITUDINAIS E ESTRIBOS DE 1 FERRO DE 5.0MM A CADA 14CM. HAVERÁ SOBRE TODAS AS PAREDES UMA CINTA DE AMARRAÇÃO EM CONCRETO ARMADO COM DIMENSÃO DE 10CMX20CM ARMADA COM 4 FERROS DE 6.3MM LONGITUDINALMENTE E ESTRIBOS DE 1 FERRO 5.0MM A CADA 20CM. A VIGA DA PORTA DA GARAGEM



TERÁ 03 FERROS POSITIVOS DE 10MM E ESTRIBOS DE 1 FERRO 5.0MM A CADA 20CM BEM COMO DIMENSÕES EXTERNAS DE 10CMX30CM. A LAJE PREMOLDADA QUE SERÁ APLICADA NA ANTE CÂMARA, CÂMARA FRIA E DEPÓSITO ALÉM DE PEQUENA PARTE DA GARAGEM, CONFORME PROJETO, DEVERÁ TER ART DE FABRICAÇÃO APRESENTADA PELO CONSTRUTOR. O SEU CAPEAMENTO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4CM DEVE SER EXECUTADO EM CONCRETO DE 20MPA E TER MALHA DE AÇO CA-50 DE 5.0MM A CADA 20CM NAS DUAS DIREÇÕES.

3.4) – PAREDES DE BLOCOS CERÂMICOS DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO), ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA GROSSA TRAÇO 1:7 + ADITIVO PARA ARGAMASSA.

3.5) – TELHADO: AS TERÇAS E CUMEEIRAS SERÃO DE MASSARANDUBA APARELHADA. DEMAIS PEÇAS PODERÃO SER DE MADEIRA MISTA DO PARÁ, TAMBÉM APARELHADAS. AS TELHAS DEVERÃO SER SIMILARES ÀS DO LABORATÓRIO EXISTENTE.

3.6) – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: SERÃO EXECUTADAS APENAS TUBULAÇÕES INTERNAS NA LAJE PREMOLDADA E PAREDES, DESTINADAS ÀS TOMADAS E INTERRUPTORES COM ELETRODUTOS DE PVC RÍGIDOS. PARA EFEITO DE QUANTIFICAÇÃO FORAM CONSIDERADOS 04 PONTOS DE LUZ NO TETO, 05 INTERRUPTORES E 06 TOMADAS DE CORRENTE A 30CM DO PISO.

#### **4) – MATERIAIS A UTILIZAR**

4.1 – BLOCOS CERÂMICOS DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).

4.2 – TELHAS CERÂMICAS: SIMILARES ÀS EXISTENTES NO LABORATÓRIO ATUAL

4.4 – TUBULAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS: MARCA DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).

4.5 – FIOS E CABOS DE PRIMEIRA QUALIDADE A JUÍZO DA FISCALIZAÇÃO (AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS ANTES DA AQUISIÇÃO).

4.7 – MADEIRA DE TELHADO: MASSARANDUBA APARELHADA NAS TERÇAS E CUMEEIRA E MADEIRA MISTA DO PARÁ, TAMBÉM APARELHADAS, NAS DEMAIS ÁREAS .